

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 5 de novembro de 2024 - Ata n.º 93.

Aos cinco dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Mabel Canto** (na função de 1.ª Secretária) e **Tercílio Turini** (na função de 2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **93.ª Sessão Ordinária da 2.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Solicito ao Deputado Tercilio Turini que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.º SECRETÁRIO (Deputado Tercilio Turini – MDB): (Procedeu à leitura da Ata da 92.ª Sessão Ordinária, de 4 de novembro de 2024.) Era o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ºs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto a Deputada Mabel se há Expediente a ser lido.

SR.^a 1.^a SECRETÁRIA (Deputada Mabel Canto – PSDB): (Procedeu à leitura dos documentos protocolados que compunham o Expediente do dia.)

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 173/2023** da Secretaria de Estado da Cultura, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Luiz Fernando Guerra; **Ofício n.º 850/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 307/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.159; **Ofício n.º 851/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 376/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.160; **Ofício n.º 2204/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Goura; **Ofício n.º 2205/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Anibelli Neto; **Ofício n.º 2207/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 2208/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Luiz Fernando Guerra; **Ofício n.º 2210/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento dos Deputados Cantora Mara Lima e Evandro Araújo; **Ofício n.º 2212/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Pedro Bazana. Era isso, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do Prefeito de Guaratuba, Sr. Maurício Lense, por solicitação do Deputado Denian Couto. Seja bem-vindo à nossa Casa. Também do Vereador de Indianópolis, José Antonuci Filho Zaeli, por solicitação do Deputado Do Carmo. Sejam bem-vindos. Primeiro orador inscrito, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, boa tarde ao senhor e a todos os Deputados e Deputadas, público que nos assiste. Hoje venho tratar aqui, de forma breve, de dois temas muito importantes para o Estado do Paraná. O primeiro deles é a Mensagem n.º 71/2024, que faz a privatização da Celepar – Companhia de Dados e de Tecnologia do Estado do Paraná, uma companhia de

renome nacional e internacional, que presta serviços para os órgãos do Estado, Poder Judiciário, Ministério Público, Governo Federal e centenas de Prefeituras. E esse projeto apresentado aqui pelo Governo do Estado, primeiro em Regime de Urgência, ele é inconstitucional, não traz sequer um parecer da ANPD, que é a Associação Nacional de Proteção de Dados. Não existiu uma consulta, e agora uma rapidez imensa do Governo por vendê-lo, por fazê-lo aprovar, sem dizer nesse projeto como se dará a guarda dos dados, como se dará a manutenção desses dados, o sigilo desses dados e a qualidade e a necessidade desses dados estarem protegidos. Dados da educação, da segurança, da saúde, dos paranaenses, das empresas, informações importantes que estarão sujeitas ao mercado. Outra questão é sobre o *software livre*, vanguarda tecnológica do Brasil a Celepar sobre *software livre*. Também não discute nesse projeto a propriedade intelectual, os códigos-fonte feito por essa empresa, que será apropriado de forma indevida pelo mercado financeiro; a capacidade da empresa ter dispensa de licitação para vender serviços; e como se darão os contratos já existentes de uma empresa que fatura aproximadamente R\$ 500 milhões e tem um lucro líquido que margeia 75%. Não há sequer um balanço sobre o porquê está se privatizando a Celepar. E não venham com essa discussão que não é privatização, é privatização, como foi a Copel, como foi a Compagas, e como foram outros mais, mas agora de uma coisa tão importante, dos seus dados, do seu CPF, dos dados do seu filho, dos dados do seu pai, da vacina que você toma, do remédio que você usa, do policial que cuida do preso, daquele agente penitenciário que faz ronda, do deslocamento da viatura, do CNPJ, de quanto a sua empresa fatura e de quanto você consome no Estado do Paraná com as notas fiscais. É isso que está em jogo, essa segurança. Por isso, vamos atuar de forma firme a não deixar esse projeto passar. Um outro projeto importante aqui nesta Casa é o PL 542, que trata da reestruturação da Polícia Militar. Eu sou favorável ao aumento de salário e de melhorias e condições para todos os policiais militares do Paraná, desde o Soldado ao Coronel, em todas as suas escalas. Vou defender isso e vou defender, também, que seja melhorado mais condições de trabalho da nossa gloriosa PM. Agora, o que não dá é nós termos um projeto que beneficia uma categoria mais do

que a outra. Infelizmente, o PL apresentado pelo Governo do Estado traz uma modificação negativa e aumenta a segregação entre o praça e o oficial, uma discussão que se tem de décadas. E do jeito que está hoje, um Soldado hoje de referência nível-11, que ganha 25,7% de um Coronel, após esse projeto for aprovado vai ganhar 22,5%, e mais, em 2026 vai ganhar 18,8% de um Coronel. Eu não sou contra o Coronel ser bem remunerado, pelo contrário, eu sou favorável. Agora, eu sou contrário ao Soldado, ao Cabo, ao Sargento, ao praça em geral, que está na rua, não ter o mesmo tratamento que tem os oficiais. Todos merecem o mesmo tratamento. A Polícia só funciona na sua forma holística e global, no entendimento do oficial e do praça, e para isso o Governo tem que entender disso. Por isso vamos propor emendas, a nossa Bancada de Oposição, para melhorar o Projeto. Um outro ponto que ficou fora do Projeto: o vale-alimentação precisa ser estendido aos PMs que estão na reserva. Temos aí 940 PMs que estão na reserva, em um universo de 50 mil, que estão fora do vale-alimentação. Policial que prestou serviço, que dedicou a sua vida merece o mesmo tratamento do policial que está aqui hoje sendo beneficiado, e vamos apresentar emenda para isso ser atendido. Espero a sensibilidade da base do Governo em defender junto o tratamento vertical e respeitoso a todos os policiais... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, um minuto para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Um tratamento igual a todos os policiais e às policiais da nossa gloriosa PM. E volto aqui a enfatizar, a Celepar é cérebro de desenvolvimento e prestação de serviços do Estado do Paraná, na Celepar estão contidas as informações mais preciosas e neste mundo globalizado, neste mundo tecnológico, o armazenamento de dados e as informações vale tanto quanto o petróleo, vale tanto quanto a energia elétrica, vale tanto quanto a água, é uma questão de soberania nacional o cuidado das informações e os *softwares*, os desenvolvimentos de todas as essas expertises que só a Celepar tem. E, claro, o que farão com os contratos existentes da Celepar? Venda é venda e depois que

ela ocorre sabemos que quem ganha, quando é o patrimônio público, nunca é o povo do Paraná, é sempre alguém do mercado, é sempre alguém que vive na especulação.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Senhor Presidente, na semana retrasada, na semana do dia 24 ao dia 26, tivemos várias reclamações no município de Francisco Beltrão pela falta de energia elétrica. Tivemos no Interior de Francisco Beltrão, na comunidade do Rio Saudades, cerca de 30 famílias ficaram desde o dia 24, e era dia 26 quando nos procuraram, e até esse dia não tinha sido normalizada a ligação da energia elétrica. São agricultores que trabalham na produção do leite, agricultores que trabalham com a produção de frangos, com lotes de frangos, que têm aviários, e isso com certeza trouxe um grande prejuízo para todos os agricultores. Assim como as frequentes quedas de energia têm levado grandes prejuízos tanto para o campo quanto para a cidade. Este tema das quedas de energia ou da falta de respeito da Copel com todos os usuários sentimos que é muito grande e que a Copel não tem dado uma resposta que o povo espera e que espera com urgência. As tarifas da energia são altas, mas o trabalho ofertado é pouco. E faz pouco caso, quando é levado até a Copel essa demanda, as grandes quedas de energia, essa demanda que tem o povo agricultor, o povo tanto do campo quanto da cidade, porque os empresários também têm tido grandes prejuízos pelas quedas de energia. E isso me faz reportar aqui, Deputado Arilson, do próprio assunto que V.Ex.^a acaba de falar na tribuna, a questão das privatizações. Aqui já falamos várias vezes, fomos contra, somos contra as privatizações, de uma maneira especial da Copel, e o resultado estamos vendo aí – grandes prejuízos para os empresários, grandes prejuízos para os agricultores e para toda a população paranaense. Dessa mesma forma, o que temos visto por parte do Governo do Estado é isso, priorizando as privatizações – sim, a Copel, a Sanepar, a educação e, também, agora, a terceirização da Celepar, um Projeto que chega nesta Casa

em regime de urgência, que deu entrada ontem, que hoje já estava na CCJ, sem dar tempo para discutirmos o que significa a privatização da Celepar para o Estado do Paraná. Estamos falando de uma companhia que é muito importante no nosso Estado, uma empresa que é muito importante, a maior companhia de tecnologia de informação do Estado do Paraná. Estamos falando também de uma empresa que tem cerca de 1 mil funcionários e que o Governo do Estado do Paraná encaminha para esta Casa esse Projeto em regime de urgência e que não quer dar tempo para discutirmos, como foi assim também em todos os outros Projetos que trazem grandes prejuízos para o Estado do Paraná, como a própria questão da privatização da Copel. E assim também, Sr.^s Deputados, é com essa preocupação de quando falamos que somos contra, como aqui já bem disse o Vice-Líder da nossa Bancada da Oposição, o Arilson, somos contra a privatização da Celepar, somos contra e queremos debater. Por isso, na conversa da Bancada, com o Deputado Professor Lemos, com o Deputado Arilson, com os Deputados da Bancada de Oposição, encaminhamos já um pedido de uma Audiência Pública, e essa Audiência Pública deverá acontecer na próxima segunda-feira, às 18 horas, o nosso pedido já foi protocolado nesta Casa, para que possamos debater um pouco mais sobre esse Projeto, já que o Governo tem muita pressa, não quer que a população do Paraná saiba o que significa a privatização da Celepar. Por isso, a nossa Bancada da Oposição está organizando, está solicitando essa Audiência Pública que deve acontecer então na segunda-feira, às 18 horas, aqui nesta Casa de Leis. E é importante porque precisamos debater, sim, qual é o trabalho que a Celepar faz hoje para o nosso Estado do Paraná. Estamos falando de uma empresa que tem 60 anos de história, estamos falando de uma empresa que tem um poder de desenvolvimento de sistemas inovadores que garante, com toda a certeza, um trabalho eficiente e seguro. Por isso que queremos aqui defender que a Celepar continue como uma empresa estatal, como uma empresa pública, que continue fazendo com que todos os nossos dados, que hoje estão sob sua responsabilidade, continuem de forma sigilosa, oferecendo assim mais... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Luciana, um minuto para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Oferecendo mais segurança a todos. Estamos falando aqui de dados da saúde, estamos falando de dados da educação, estamos falando de dados da segurança. Deputado Tito Barichello, estamos falando de dados da segurança que estão lá, que falam quem está lá preso, estamos falando dos detentos, estamos falando de policiais, estamos falando dos presídios do nosso Estado, e precisamos que dados que são sigilosos continuem sendo sigilosos. A partir do momento que não tivermos a quem cobrar o não funcionamento, ou seja, esses dados sendo expostos a todos ou a quem tem o interesse diretamente, como vamos cobrar ou de quem vamos cobrar? E aí muitas vezes pode ser tarde. Por isso, a nossa responsabilidade aqui é não deixar que a privatização da Celepar aconteça. Muito obrigada, Sr. Presidente. Muito obrigada, Sr.^s Deputados e Deputadas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Delegado Tito Barichello. Registro a presença na Casa, a visita de alunos do 8.º Ano do Ensino Fundamental II do Colégio Estadual Ângelo Gusso, acompanhados pelas professoras Regina Ramon e Suelen Mazzoli. Sejam bem-vindos aqui na Casa.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Quero inicialmente cumprimentar o Ex.^{mo} Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; cumprimento o Líder do Governo; cumprimento o Líder da Oposição; cumprimento os caros colegas Deputados Estaduais, representantes da população paranaense; cumprimento os alunos do 8.º Ano e já estendo o convite para visitarem o Gabinete do Delegado Xerifão. Logo mais, encerrada a Sessão, seria uma honra tê-los, professoras, presentes em meu gabinete. Senhores, utilizo a palavra hoje nesta tribuna da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para convidá-los para um importante evento a ser realizado amanhã nesta Casa de Leis. Teremos uma Audiência Pública no Plenarinho, lembrando que Audiência Pública é um ato

oficial da Assembleia Legislativa, com o intento de debater e discutir acerca da Lei Orgânica da Polícia Civil Nacional. Temos a Lei n.º 14735/2023, já aprovada no Congresso Nacional. É uma lei que não vincula obviamente a legislação estadual, mas ela é diretiva, ela traz importantes avanços que, sem dúvida alguma, podem fazer parte da nossa legislação, Sr. Líder do Governo. Então convido V.Ex.^{as} para amanhã, a partir das 14 horas, no Plenarinho, estarmos presentes como deputados estaduais, como cidadãos, para discutirmos a melhoria contínua da Polícia Civil no Estado do Paraná. Para V.Ex.^{as} terem uma ideia, essa Lei n.º 14735 já aprovada traz questões de grande importância e elenco algumas delas aqui: a exigência de três anos de atividade jurídica ou policial para o concurso para delegado, porque na prática temos às vezes estudantes de direito – e tenho um profundo respeito a eles – sem experiência jurídica alguma, que passam a exercer a atividade de delegado da noite para o dia, ou seja, de estudantes se transformam em delegados. Então, de forma similar ao que acontece com o Ministério Público e a Magistratura, precisamos, sim, os três anos de atividade jurídica ou policial. A nomenclatura utilizada na Lei Orgânica da Polícia Civil Nacional é oficial investigador. Pugnamos então que essa nomenclatura de cunho nacional seja trazida à legislação estadual. Outras questões importantes da Lei Orgânica, e tenho certeza que o Deputado Arruda que aqui se encontra estará presente na nossa audiência de amanhã, às 14 horas, sobre a Lei Orgânica da Polícia Civil, é a exigência de prova oral nos concursos públicos. Lembro bem que no meu concurso em Minas Gerais fui submetido à prova oral, enquanto que aqui somente provas objetivas e dissertativas. Então, esse e muitos outros temas precisam ser debatidos por V.Ex.^{as} que são legisladores, porque não podemos nos omitir. Existe uma Lei Federal, uma Lei Federal aprovada, que busca o quê? Busca estabelecer diretrizes para as Polícias Cíveis dos 27 Entes Federativos, ou seja, dos 26 Estados e mais o Distrito Federal. Então, a presença de V.Ex.^{as} é muito importante, porque cada vez mais precisamos investir em persecução penal. E para termos uma persecução penal que alcance a efetiva prisão dos criminosos, para combater a impunidade, precisamos de uma Polícia Civil forte, de uma Polícia Civil estruturada, e nada melhor do que a implementação *in totum*, de

forma integral, *ipsis litteris*, da Lei Orgânica da Polícia Civil Nacional aqui no Estado do Paraná. Então, aguardo a presença de todos nessa audiência pública, quando de forma democrática, aberta, pluralista, eclética, possamos, sim, discutir, conversar acerca desse conjunto de regras que foi aprovado no Congresso Nacional. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próxima oradora, Deputada Cloara.

DEPUTADA CLOARA PINHEIRO (PSD): Boa tarde, senhoras, senhores. Hoje subo aqui nesta tribuna para agradecer todo apoio que vocês deram, que todos os nossos deputados e deputadas deram para o nosso *Outubro Rosa*. Foi muito importante. Muito obrigada mesmo. Estou hoje aqui de azul porque até agora não falamos do *Novembro Azul*. Então, precisamos da ajuda de todas as mulheres porque agora chegou a hora de cutucarmos os nossos homens – maridos, namorados, pais –, porque precisamos fazer o preventivo do câncer de próstata. Agradecer que vocês cuidaram bastante da gente, que vocês falaram. Meu marido mesmo falou assim: “*Você já fez a mamografia este ano? Você está se cuidando?*” Então, agora chegou a nossa vez. Por favor, amigos deputados, para quem está nos assistindo, você que está assistindo, vamos fazer o preventivo, vamos parar com aquela coisa: “*Ah, mas o exame é esquisito. Vamos deixar de ser machos*”. Não tem nada disso! Vamos tirar esse preconceito. Eu vim de azul hoje para poder falar. Tercilio Turini, meu grande amigo, médico, sabe da importância desse preventivo, porque falamos muito do *Outubro Rosa*, mas não falamos do *Novembro Azul* e temos que falar sobre todos os tipos de câncer. Eu estava conversando aqui com o pessoal e nós temos que falar de câncer do intestino, temos que cuidar da gente. Eu sempre falo que não vamos conseguir cuidar dos outros se não cuidarmos de nós mesmos. Eu ministrei palestra no Paraná todo sobre saúde mental e falando de cuidar. Amanhã é um dia esquisito para mim porque é o dia que a minha filha faleceu, há 31 anos, e a minha filha faleceu com câncer nos olhos. Então, sempre participo e chamo a atenção. Eu chamo a atenção porque é muito importante fazermos o preventivo. No caso da minha filha

foi um retinoblastoma, aquela luzinha nos olhos, tanto que fizemos a campanha junto com o Tiago Leifert. Fiz lá em Londrina e em toda região, fui responsável por essa campanha. Precisamos, sim, falar sobre todos os tipos de câncer, mas *Novembro Azul* falamos sobre o câncer de próstata. Por favor, eu já falei para o meu marido: *“Vamos fazer exames e fazer com mais frequência”*. Então, peço aos meus deputados, os meus amigos, que ainda brinco e falo assim: “meus meninos”, que gostamos de vocês de verdade. Sei que aqui falamos sobre vários assuntos, mas não vamos conseguir fazer nada, nem subir em uma tribuna desta, que é tão importante, para falar de qualquer assunto se não tivermos saúde. Então, sempre falo que é igual avião: primeiro coloca a máscara em você, cuida de você, para depois cuidar dos outros. Então, esse é meu apelo feito de coração. O Tercilio Turini sabe, ele é médico, da importância desse exame e desse preventivo. E nós fizemos tudo que podíamos fazer em *Outubro Rosa*, apesar que acho que não pode ser só outubro, temos que nos cuidar o tempo todo. Então, como já vivi muito a história do câncer na minha vida, gostaria muito de falar da importância. E, mais uma vez, não quero ter essa história para contar, mas eu tenho, gente. Foi em 94 que minha filha faleceu, em 7 de novembro. Em 6 de novembro eu saí do hospital e falei: *“Que Deus faça o melhor para você, minha filha”*. Então, estou aqui para homenagear a minha filha, a Carolina, e para falar para vocês o quanto é importante. É uma dor que não tem igual. Você enterrar um filho não tem igual. Por isso que falo que sou embaixadora de prevenção do câncer. Que Deus abençoe todos vocês. E, meninos, olhem para mim, os deputados, eu amo muito vocês. Por favor, se cuidem. Por favor, se cuidem. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa, por solicitação desta Presidência, do Prefeito de Santa Tereza do Oeste, Amarildo Rigolin; do Vice-Prefeito, Marcos Aurélio Alves; dos Vereadores Nisio Proença, Erasmo Szelemei, Daniela Minuzzo Pereira e Gilmar Tonello; do Controlador Interno, Adriano Luiz Oliveira; e da chefe de gabinete, Taynara Rigolin. Sejam bem-vindos à Casa. Próxima oradora, Deputada Ana Júlia.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Boa tarde, Presidente, Deputados e Deputadas, estudantes que acompanham esta Sessão e a todos os presentes. O que me traz à tribuna é para contar um novo Requerimento que vou pedir ao Governo. Na semana passada, o Deputado Hussein carinhosamente me entregou a resposta do Governo sobre um Requerimento que eu tinha pedido, que queria as informações em relação ao que as empresas que estão gerindo as novas escolas privatizadas estão prestando de serviço, qual que é a contrapartida delas e o que elas estão fazendo nessas escolas. A Secretaria de Educação respondeu o meu Requerimento, mas respondeu apenas dizendo o recurso que tinham enviado à empresa, ou seja, não entenderam o Requerimento. Por isso que hoje vou protocolar um novo, sendo mais específica e colocando que o que queremos saber: quais as contrapartidas da empresa em relação ao contrato milionário que ela tem recebido, quais as obras, quais as contratações, as benfeitorias, a quantidade de uniforme e alimentação que elas compraram para as escolas, a discriminação dos valores pagos pelo Estado do Paraná às empresas utilizadas, o que ela fez em relação à comunidade escolar, como que tem sido investido nos alunos, a destinação de manutenção aos materiais, contratação de terceirizados, e qualquer outra despesa que ela tem tido. E isso está previsto no contrato, que ela tem que cuidar do fornecimento e distribuição de merenda aos alunos das instituições, mas na própria resposta da Secretaria de Educação coloca repasses que a Secretaria de Educação fez na merenda escolar para essa empresa. Ou seja, ela já não está cumprindo completamente com a sua função. Enfim, o que queremos saber, essa empresa tem recebido cerca de R\$ 6 milhões já líquido na sua conta, já com a dedução de impostos. O que está sendo feito com esse dinheiro? Onde que ela está gastando esse dinheiro? Com quais estudantes que ela está gastando? Com qual infraestrutura? Com quais contas? Com quais contratações? Onde está sendo investido o dinheiro dos paranaenses? Porque esses dias atrás me questionaram aqui: *“Achei que você ia ficar feliz que está sendo investido mais dinheiro na educação”*. Eu estaria feliz se de fato estivesse sendo investido na educação. A questão que estamos privatizando nossas escolas, mandando dinheiro para empresa privada e esse dinheiro não está sendo

investido nas escolas. Esse dinheiro está indo sabe-se lá para Deus onde, menos na infraestrutura das nossas escolas, a não ser que consigam nos provar que eles de fato implementaram esse recurso dentro das escolas. Porque se vier de novo com a justificativa de que essa privatização é para pintar muro e trocar lâmpada, quero entender como é que se gasta 6 milhões pintando muro e trocando lâmpada de escola, quando temos infraestrutura defasada, quando temos falta de carteira, quando a cortina está toda rasgada, quando temos uma série de problemas que não são resolvidos e que com 6 milhões dá para resolver muito bem, na realidade dá para construir praticamente uma escola do zero, e isso não está acontecendo, inclusive porque a Seed coloca no contrato de que caso haja uma grande reforma estrutural quem vai fazer é a Seed e não a empresa. E a outra coisa que podem dizer, que não dá para a empresa dar a contrapartida, não dá para a empresa explicar e mostrar onde ela gastou esse recurso, porque não há previsão no contrato. E daí já trago aqui um problema: que belo de contrato esse que o Governo fez com essa empresa, onde não obriga nem mesmo a prestação de contas, onde ele não fala quais contas a empresa contratada tem que prestar. Mas, por mais que não esteja na previsão contratual está previsto na Lei de Concessões Públicas e como o prédio é público, é a prestação de um serviço público, da educação pública, que está sendo terceirizado e privatizado para uma gestão privada, é obrigação dessa empresa fazer a prestação de contas e mandar essa prestação de contas para Casa. Então, não há desculpa, por mais que não façamos previsão contratual, inclusive temos facilitado muitas coisas para essas empresas fazerem o que bem entenderem com o dinheiro do paranaense, precisamos saber a prestação de contas dessas empresas e onde está sendo colocado o nosso dinheiro, porque estão nos contando uma mentira de que essas escolas vão melhorar, quando elas não vão melhorar. Elas estão sendo maquiadas e não estão mudando nada na vida dos estudantes das escolas públicas do Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela Liderança do PT, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados e Deputadas. Uma boa tarde a todos e a todas que acompanham a sessão a distância. E uma boa tarde especial a quem nos honra com sua presença na Sessão desta terça-feira, em especial aos nossos estudantes, acompanhados dos professores e professoras do Colégio Ângelo Gusso. Sejam sempre bem-vindos e bem-vindas aqui à Assembleia Legislativa. Quero, rapidamente, aqui, Sr. Presidente, falar do ataque contra a educação dos jovens e adultos que continua. Por exemplo, a proposta da Secretaria de Estado da Educação de fechar o CEEBJA de Londrina, de Maringá, de São José dos Pinhais, de Guaraniaçu, de várias cidades do Paraná. Tínhamos, em 2019, 126 mil estudantes jovens e adultos, mas o fechamento de vários CEEBJAs no Estado do Paraná, negando a oferta da educação de jovens e adultos, fez com que esse número caísse para em torno 25 mil. E ainda há um ataque para fechar aqueles CEEBJAs que resistiram. Há uma exclusão, porque boa parte desses estudantes são estudantes trabalhadores, eles trabalham, e se não tiver a oferta ficam então excluídos. Vamos tomar como exemplo a proposta de fechar o colégio em São José dos Pinhais. O fechamento desse colégio vai implicar em excluir vários estudantes, são mais de 600 alunos frequentando, entre estudantes do regular e da EJA. Têm estudantes que estudam de manhã, porque trabalham no comércio à tarde e vai até a noite, por exemplo, trabalham em Shopping, começam no turno da tarde e vai até a noite. Têm alunos que são alunos com deficiência, têm alunos surdos, têm alunos surdos e cegos. O colégio de São José dos Pinhais foi fundado como CEEBJA há 27 anos, se fechar, como quer fechar de forma abrupta a Seed, vai prejudicar toda uma comunidade. E olha que há 27 anos São José dos Pinhais tinha uma população bem menor do que tem hoje. São José dos Pinhais cresce acima da média nacional, cresce em número de habitantes, cresce em número de empresas, de indústrias, de comércio, o setor de serviço, não assiste razão para alguém que não conhece São José dos Pinhais, que olhou lá no computador e definiu que esses estudantes podem ser redistribuídos nos colégios da cidade. É preciso considerar que lá tem alunos trabalhadores, que precisam trabalhar e estudar. Esse colégio, por exemplo, recebe alunos que estão cumprindo medidas

socioeducativas. Esses alunos da EJA, Educação de Jovens e Adultos, estão na faixa etária de 15 a 17 anos e ainda estão fazendo ensino fundamental, são aqueles mais excluídos do sistema e estão lá nesse colégio. Esse colégio tem um centro que trata, que cuida de alunos surdos, cegos, de alunos com deficiência, outros colégios em São José dos Pinhais não têm esse centro, e isso também será fechado. Esse centro atende as pessoas além dos estudantes. Então, há um ataque contra a educação de jovens e adultos que não podemos permitir. Quero aqui pedir o apoio de todos os Deputados e Deputadas para que façamos com que o Governo chame a atenção da Secretaria de Educação e suspenda o fechamento de EJAs e de CEEBJAs no Estado do Paraná. Quero aqui também, Sr. Presidente, tratar do Projeto de Lei que propõe a venda da Celepar. A Celepar é a Companhia de Tecnologia do Paraná. Deputada Cloara, quando ela foi instituída o nome era “Cérebro Tecnológico do Paraná” e evoluiu para “Companhia Tecnológica do Paraná”. Essa empresa é pública, de economia mista, tem 1 mil funcionários altamente preparados. Essa companhia tem vários aplicativos que construiu para o Estado do Paraná. O PIÁ, por exemplo, que é a Inteligência Artificial, que está em todas as Secretarias, inclusive na Secretaria de Educação; vários aplicativos, como o 190 da Polícia Militar do Estado do Paraná; mas ela armazena dados, CPF, CNPJ. Ela armazena dados de todo servidor público, dos policiais civis, dos policiais militares. Ela armazena dados dos nossos juízes, dos desembargadores, do Ministério Público em geral, dos promotores e promotoras, procuradores e procuradores; dos defensores e defensoras públicas. Ela guarda dados de toda a população do Estado do Paraná, inclusive atende outros Estados, atende vários Municípios como Londrina, por exemplo. Ela tem dados que são dados sensíveis, dados das nossas crianças; dados que não podem ser entregues ao crime organizado. E a nossa Celepar tem cuidado disso. Nenhum Estado colocou à venda a sua Companhia de Tecnologia. O Serpro, que é o Sistema Nacional, também não foi vendido, porque se percebeu que não se pode fazer isso. Imagina os Estados Unidos privatizarem todos os dados dos americanos, venderem os dados, venderem para o mercado, que pode cair na mão do crime organizado e nós sabemos que poderá cair. E aí você imagina: guardamos sob

sigilo vítimas da proteção, guardamos sob sigilo o policial que fez a apreensão, guardamos os dados sob sigilo do policial penal, do juiz que julgou determinado criminoso. Então isso tudo vai ficar vulnerável e nós sabemos que têm empresas estrangeiras com vontade de comprar, têm até empresas da Índia. Até, Deputada Cloara, tem uma empresa que está instalada lá em Londrina que é a Tata. Está com uma vontade danada de comprar a Celepar, mas não é só ela! Imagina o dono do 'X', Elon Musk, com a vontade de comprar? Um grande fabricante de mentiras, de *fake news*. Então veja o perigo que corremos ao autorizar a venda da Celepar. E o Governo está dizendo – vi na imprensa ontem à noite – que vai demorar para fazer o estudo para saber quanto vale a Celepar. Bom, mas se ele não sabe nem quanto vale por que já está querendo vender? Por que não termina os estudos? Diz que vai levar um ano e meio, dois anos para vender. Por que essa pressa de votar aqui em regime de urgência para não dar tempo de debater? (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Professor Lemos, um minuto para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Por isso, estamos pedindo à população do Paraná e aos Sr.^s e Sr.^{as} Deputados e Deputadas, que não façamos isso apressado. Temos uma audiência pública marcada para às 18 horas de segunda-feira, convido todos e todas para participarem dessa audiência, vamos debater inclusive com a presença de autoridades que conhecem do tema e sabem dos perigos que corre a população do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda. Antes disso, registro a presença na Casa do Prefeito eleito de Antônio Olinto, Sr. Fábio Machiavelli, por solicitação do Deputado Hussein Bakri. Seja bem-vindo. Do Vereador reeleito de Palotina, Thiago Mostachio, por solicitação do Deputado Adão Litro. Seja bem-vindo.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas deputadas, deputados e todos que acompanham aqui esta Sessão plenária. Na

verdade, eu nem ia me pronunciar aqui, mas é que as notícias surgem e nós não podemos aqui nos calar. Uma coisa impressionante que está acontecendo agora que todos os médicos estão indignados, estudantes também, pasmem os senhores, que agora querem colocar cotas para vagas de residência. Quer dizer, a cor da pele agora vai influenciar para alguém que já estudou, já é um médico e vai fazer residência e querem dar vagas para cotistas. Isso aqui é o fim da picada, gente! Isso é um desrespeito com qualquer aluno. Isso é preconceituoso. A pessoa que vai ocupar uma vaga de residente ele tem que ir por qualificação. O cara estudou, se ele é branco, se ele é negro, ambos estudaram e se formaram. Então têm o mesmo potencial para disputar uma vaga. Como que vai dar vaga para cotista? E dizem que na faculdade, em Londrina, na UEL, querem dar 100% das vagas para cotistas. Ora, é obvio que vamos tomar uma medida aqui nesta Casa, já passei aqui para o meu jurídico levantar. Não tem cabimento isso, cota! Primeiro que sistema de cota é uma vergonha, tem que acabar com essa palhaçada de cota aqui no Brasil. Cota por quê? Cota é assinar embaixo que o cara é incompetente, isso que é cota. Se a pessoa for um deficiente físico, algum problema grave tudo bem que ele tenha aí uma cota para ocupar uma vaga, mas o resto, cara? É cota para cor de pele, é cota para LGBT, ora, tenham vergonha na cara, vão estudar! A pessoa nem devia aceitar isso aí, isso aí é humilhar alguém. Uma cota para ocupar uma vaga dessa aí é humilhar, é o cara assinar que ele é incompetente, que ele não tem capacidade. Gente, é o que eu falo: bastou essa maldita Esquerda tomar o poder para destruir tudo que tinha de bom no Brasil. O que estava ruim ficou pior; o que era bom está sendo destruído. Eles querem é bagunçar o coreto mesmo, querem fazer que o pior, não que o melhor ocupe boas vagas, que o pior ocupe lá por questão de cor. Ora, sinceramente, o Conselho Federal de Medicina está indignado, está contra isso. Acho que qualquer paranaense, qualquer brasileiro em são consciência é totalmente contra essa pouca vergonha de cota, principalmente para ocupar uma vaga, para concorrer a uma vaga em uma universidade, em um hospital, realmente... E o caso aqui da UEL é para ocupar vaga de residente. Repito, o residente é alguém que já estudou, já se formou e é médico. Se ele é branco, negro, índio; se ele é homo,

hétero, que pouco interessa. O que tem que ser avaliado é a capacidade dele, porque ele vai ser um futuro médico e vai atender as pessoas. Então, creio que ninguém vai querer ser atendido por um médico que entrou lá por questão de cota. Fica aqui a minha indignação e vamos tomar medidas cabíveis nesta Casa, aqui, para proibir mais essa barbaridade, sempre incentivada por essa maldita Esquerda, que veio ao Brasil e ao mundo para roubar, matar, destruir e disparar mentira para tudo quanto é lado. É isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Consulto o Deputado Hussein se fará uso da palavra. (Declina.) Deputado Requião? Declina. **Passamos à Ordem do Dia.**

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcelo Rangel (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (SD), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Thiago Buhner (UNIÃO) (46 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Alexandre Amaro (REP), Cristina

Silvestri (PSDB), Doutor Antenor (PT), Goura (PDT), Marcel Micheletto (PL), Matheus Vermelho (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Soldado Adriano José (PP) (8 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 663/2024**, do Deputado Denian Couto, que denomina Gustavo Ribas a Rodovia do Contorno Norte de Castro, que faz a ligação da Rodovia PR-090 com a Rodovia PR-151; **Autuado sob o n.º 664/2024**, do Deputado Batatinha, que altera a Lei n.º 16.575, de 28 de setembro de 2010, que dispõe que a Polícia Militar do Estado do Paraná destina-se à preservação da ordem pública, à polícia ostensiva, à execução de atividades de defesa civil, além de outras atribuições previstas na legislação federal e estadual; **Autuado sob o n.º 665/2024**, do Deputado Ademar Traiano, que concede o título de utilidade pública à Associação Izabelense de Handebol, com sede no município de Santa Izabel do Oeste; **Autuado sob o n.º 666/2024**, do Deputado Douglas Fabrício, que concede o título de utilidade pública à Associação Cultural e Turística do Santuário Diocesano Nossa Senhora Aparecida de Itaipulândia; **Autuado sob o n.º 667/2024**, do Deputado Luis Corti, que cria a licença ambiental imediata, objetivando desburocratização, celeridade, segurança, responsabilidade técnica e atenção a legislação ambiental, na forma que especifica.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela ordem, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Gostaria de fazer um pedido aos deputados que se encontram em seus gabinetes ainda, de que não temos quórum ainda. Temos 26 Deputados apenas. Além disso, lembrá-los que amanhã, às 9 horas da manhã, teremos uma CCJ extraordinária. Portanto, quero deixar aqui o meu recado a todos os colegas que compõem a Comissão de Constituição e Justiça, que amanhã, às 9 horas da manhã, teremos a nossa CCJ extra. Depois, obviamente, teremos a Sessão normal, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Faço o apelo aos Sr.^s Deputados que estejam nos gabinetes, por favor, venham ao Plenário. Estamos com quórum baixo e não conseguiremos discutir as matérias se o nosso quórum não subir. Peço aos Deputados que ainda não registraram presença, por favor, registrem presença.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Alexandre Curi, presença, por favor. Alguém avise ao Deputado Alexandre, que está ali. Senhores Deputados que compõem a nossa base, peço que venham ao Plenário registrar a presença, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vou aguardar os Senhores Deputados fazerem os registros de presença.

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 445/2023, de autoria do Deputado Marcel Micheletto, que denomina de Helmuth Priesnitz o Colégio Agrícola Estadual do Município de Toledo (centro de estudos e desenvolvimento agropecuário). Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Vamos submeter ao voto o Projeto. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): O meu voto é “*sim*”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado Nelson.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Senhor Presidente, o meu voto é “*sim*” também. Estou assinando aqui.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Os colegas que ainda não votaram, o voto é “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Corti, por favor, o seu voto.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): O meu voto é “*sim*”, para agilizar este processo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Curi, Ana Julia, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Paulo Gomes, Professor Lemos, Requião Filho, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (32 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Dr. Antenor, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Renato Freitas, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (22 Deputados).]* **Com 32 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 445/2023. Trinta e cinco votos, com os votos do Deputado Nelson Justus, Flávia Francischini e Luís Corti.**

ITEM 2 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 387/2024, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que cria a Semana Estadual dos Porcos Crioulos e insere

a data no calendário oficial de eventos do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Vamos submeter ao voto o Projeto. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”. Repito aos colegas que compõem a nossa base, peço o voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa da Prefeita reeleita de Ponta Grossa, Elizabeth, e do seu Vice, Pastor Moisés, por solicitação da Deputada Márcia Huçulak. Sejam bem-vindos. Por favor, Sr.^s Deputados, ainda pendentes votos aqui da maioria: Deputado Tiago Amaral, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Romanelli, Gugu Bueno, Delegado Tito, Batatinha, Arilson, Ana Júlia.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Deputado Nelson.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Estou encerrando a votação. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (42 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Dr. Antenor, Gilberto Ribeiro, Goura, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Matheus Vermelho, Ney Leprevost e Soldado Adriano José (12 Deputados).]* Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 387/2024.**

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 480/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 53/2024, que dispõe sobre a concessão de gratuidade e de desconto para pessoas idosas nos serviços de transporte coletivo público rodoviário intermunicipal convencional e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação e Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Vamos submeter ao voto o Projeto. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela ordem, Deputado.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Infelizmente não conseguimos protocolizar, pela falta de uma assinatura, para corrigir talvez um erro de constitucionalidade nesse Projeto de Lei aqui, que remete aos idosos com 65 anos, quando no Estatuto dos Idosos é 60 anos. Então, faço o registro aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Devidamente registrado, Deputado. Vamos à votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*” a este importante Projeto. Voto “*sim*” aos Deputados que compõem a nossa base. Quero registrar o meu orgulho de estar aqui do lado do meu vice-líder, até então, o grande Prefeito de Londrina Tiago Amaral. Ele merece.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): O Deputado Hussein já está com votos no Paraguai, Imagine agora querendo invadir Londrina. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri,*

Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Requião Filho, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (39 Deputados); **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Dr. Antenor, Goura, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Matheus Vermelho, Ney Leprevost, Professor Lemos, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (15 Deputados).]* Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 480/2024.**

ITEM 4 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 587/2024, que autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 66/2024, que institui o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Emenda de Plenário n.º 2 com parecer favorável da CCJ na forma da subemenda e contrário à Emenda n.º 1. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvada a Subemenda. Em discussão o Projeto. Em votação o Projeto. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”. Lembrando aos colegas que teremos mais uma Sessão, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Extraordinária, na sequência. Estou encerrando a votação, Sr.ªs Deputados. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (41 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Luiz*

Traiano, Alexandre Amaro, Ana Julia, Batatinha, Cristina Silvestri, Dr. Antenor, Goura, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Matheus Vermelho, Ney Leprevost, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (13 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 587/2024.**

Vamos submeter ao voto a Subemenda. Em discussão a Subemenda. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*” para a Subemenda.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada:
[Votaram Sim: *Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Requião Filho, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (42 Deputados);*
Não Votaram: *Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Cristina Silvestri, Dr. Antenor, Goura, Marcel Micheletto, Matheus Vermelho, Ney Leprevost, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (12 Deputados).]*
Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a Subemenda.**

ITEM 5 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 211/2023, de autoria do Deputado Samuel Dantas, que concede às doadoras de leite materno isenção de pagamento de taxa de inscrição em concurso para provimento de cargo ou emprego na Administração Pública Estadual. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão de Saúde Pública. Substitutivo geral da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Quero parabenizar o Deputado Samuel Dantas e dizer que estamos juntos, e é o voto favorável da nossa base.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Atenção, Sr.^s Deputados, ainda pendentes os votos dos Deputados Alisson, Batatinha, Delegado Tito, Denian, Do Carmo, Deputado Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (43 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Batatinha, Cristina Silvestri, Dr. Antenor, Goura, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Matheus Vermelho, Ney Leprevost e Soldado Adriano José (11 Deputados).]* Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 211/2023.**

ITEM 6 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 898/2023, de autoria dos Deputados Cobra Repórter, Tiago Amaral e Hussein Bakri, que institui o Dia Estadual da Cultura Libanesa, objetivando a valorização dos imigrantes libaneses e das múltiplas expressões culturais do Líbano no âmbito territorial do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Cultura. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Importante Projeto, homenagem ao nosso País de origem, e que tantos libaneses têm aqui no Brasil. Peço o voto “*sim*”.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente, aqui, Deputado Evandro.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Evandro, por favor.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Um comunicado, Presidente: amanhã, a partir das 14 horas, aqui na Assembleia, nós teremos um debate sobre o uso de cigarros eletrônicos por crianças e adolescentes no Paraná. Então, gostaria de estender o convite a todos os Deputados e Deputadas. Nós estamos organizando essa audiência. E também convidar, claro, os Deputados da Comissão da Criança, Adolescente e Pessoa com Deficiência para que possam participar conosco. Então, amanhã, a partir das 14 horas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (37 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Ana Julia, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Dr. Antenor, Goura, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost e Soldado Adriano José (17 Deputados).]* Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 898/2023.**

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 378/2024, de autoria do Deputado Soldado Adriano José, que inclui no calendário oficial do Estado do Paraná a Exposição de Astorga – denominada Expoastorga. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): A pedido do Deputado Anibelli, queremos registrar e agradecer a presença da homenageada pelo Deputado, Gianna Banat e Maria Aparecida Urba, sua mãe; Ivonei Afonso Vieira, Ex-Secretário da Agricultura, médico-veterinário e ex-chefe regional da Seab; Izaltino Cordeiro dos Santos, Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Ponta Grossa; Marilei, Superintendente de Agricultura de Ponta Grossa; e Dr.^a Audrey Grubba, Delegada da Receita Estadual. Sejam bem-vindos à nossa Casa.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Aos colegas que ainda não votaram, peço voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (38 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Goura, Gugu Bueno, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Matheus Vermelho, Ney Leprevost, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (16 Deputados).]* Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 378/2024.**

ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Resolução n.º 30/2024, de autoria da Comissão Executiva, que altera o anexo único da Resolução n.º 11, de 23 de agosto de 2016, que trata do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná, e dá outras providências. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço o voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Sempre lembrando que teremos uma Sessão Extraordinária logo após o encerramento desta Sessão. Registro a presença do Vice-Prefeito de Itambé, Sr. Elias, e da Vereadora, Sr.^a Natani, por solicitação do Deputado Do Carmo. Sejam bem-vindos.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pessoal que não votou ainda, por gentileza, peço o voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (38 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Goura, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Matheus Vermelho, Ney Leprevost, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (16 Deputados).]* Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Resolução n.º 30/2024. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável dos Deputados Denian Couto e Luís Corti.)**

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, Deputado Luís Corti, registro o voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Devidamente registrado, Deputado Corti.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Deputado Denian Couto, voto “*sim*”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Devidamente registrado em Ata.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimentos da Deputada Ana Júlia: **Requerimento n.º 2604/2024**, da Deputada Ana Júlia, solicitando informações à Secretaria de Estado da Educação (SEED), à Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) e à Paranaeducação - PREDUC, referente aos gastos de contratos do edital de Credenciamento n.º 3/2022 - PREDUC, referentes ao Programa Parceiro da Escola; e **Requerimento n.º 2606/2024**, da Deputada Ana Júlia, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência do Paraná - SEAP, requerendo informações quanto ao afastamento de servidores por saúde mental, conforme especifica.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Envio de Expediente, conforme combinamos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Conforme acordo do Líder do Governo com a autora, serão encaminhados como envio de expediente.

Requerimento n.º 2601/2024, dos Deputados Hussein Bakri, Alexandre Curi, Batatinha, Paulo Gomes, Márcio Pacheco, Adão Litro, Flávia Francischini, Tiago Amaral, Ricardo Arruda, Moacyr Fadel, Marcel Micheletto, Gugu Bueno, Delegado

Jacovós, Cantora Mara Lima, Luiz Cláudio Romanelli, Márcia Huçulak, Alisson Wandscheer e Douglas Fabrício, requerendo a tramitação em regime de urgência do Projeto de Resolução n.º 30/2024. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 2600/2024, do Deputado Ademar Traiano, requerendo a dispensa de interstício para discussão e votação do Projeto de Resolução n.º 30/2024, de autoria da Comissão Executiva, na Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 2598/2024, do Deputado Hussein Bakri, solicitando a dispensa de votação de Redação Final para o Projeto de Lei n.º 480/2024. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 2594/2024, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística e ao Diretor do DER/PR, reiterando solicitações anteriores que versam sobre pedido de recape asfáltico e demais melhorias em toda extensão da Avenida Maringá, na PR-454, no distrito de Tupinambá, município de Astorga; **Requerimento n.º 2596/2024**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação (SEED/PR), requerendo providências para a disponibilização de equipamentos de impressão com recurso de digitalização (impressora com scanner) à Escola Indígena Goj-Kupri, localizada na Aldeia Indígena Água Branca II, no município de Tamarana, objetivando facilitar a impressão e digitalização de documentos; **Requerimento n.º 2599/2024**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação (SEED/PR), requerendo providências a fim de que os servidores da rede pública

de ensino que trabalham no período noturno, durante o recesso escolar, possam cumprir suas obrigações no turno diurno, dispensando-os de permanecerem nas instituições no período noturno quando as atividades escolares estão suspensas; **Requerimento n.º 2602/2024**, do Deputado Douglas Fabrício, solicitando o envio de menção honrosa ao Sr. Jairton Rocha, considerado um torcedor símbolo do Coritiba; **Requerimento n.º 2603/2024**, do Deputado Thiago Bühner, solicitando o registro e o envio de menção honrosa aos nomes relacionados, em reconhecimento aos serviços prestados ao município de Tijucas do Sul.

Requerimentos com despacho do Presidente.

Ao Cerimonial, à Diretoria-Geral e à Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 2607/2024**, dos Deputados Gilberto Ribeiro e Delegado Jacovós, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 18 de novembro, para a entrega de votos de congratulações com menção honrosa ao atleta e professor Daniel Roberto Ferreira Franco.

Justificativa de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 2605/2024**, do Deputado Paulo Gomes, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 4 de novembro de 2024.

REQUERIMENTO CANCELADO.

Requerimento n.º 2595/2024, de autoria do Deputado Ademar Traiano, requerendo a dispensa de interstício para discussão e votação do Projeto de Resolução n.º 30/2024. **Requerimento cancelado.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária na sequência e uma outra **Sessão Ordinária** para quarta-feira, dia 6 de novembro de 2024, às 9h30, com as seguintes **Ordens do Dia: Sessão Extraordinária – 2.^a**

Discussão do Projeto de Resolução n.º 20/2024; **Sessão Ordinária** - 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 587/2024; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 211/2023, 898/2023 e 378/2024; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 57/2024, 154/2024 e 254/2024.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 15h48, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)